



VIOLÊNCIA OBSTÉTRICA: IMPACTOS FÍSICOS, MORAIS E PSICOLÓGICOS NAS PARTURIENTES E A VIOLAÇÃO DE SEUS DIREITOS FUNDAMENTAIS

 <https://doi.org/10.56238/levv16n49-017>

Data de submissão: 03/05/2025

Data de publicação: 03/06/2025

Juliana Muniz Silva

Graduanda do curso de enfermagem bacharelado da Faculdade Santa Luzia - FSL

Geanilson Araújo Silva

Mestre em Saúde e Meio Ambiente pela Universidade Metropolitana de Santos

Docente da Faculdade Santa Luzia

E-mail: geanilson@faculdadesantaluzia.edu.br

Bruna Cruz Magalhães

Mestre em Saúde do Adulto e da criança pela Universidade Federal do Maranhão

Docente da Faculdade Santa Luzia

E-mail: bruna@faculdadesantaluzia.edu.br

RESUMO

Violência obstétrica refere-se a práticas desrespeitosas ou abusivas durante o cuidado com gestantes, especialmente no parto. Isso pode incluir comentários humilhantes, intervenções médicas desnecessárias ou falta de consentimento informado. É um problema sério que afeta a saúde física e emocional das mulheres, além de violar seus direitos humanos. Tendo como problemática: De que forma a transgressão violenta por parte dos profissionais de saúde e das instituições hospitalares, ocorrida antes, durante e após o parto, viola os direitos essenciais das mães em trabalho de parto? Sendo assim, o objetivo geral que norteou a pesquisa foi apresentar como a violência praticada pela equipe de profissionais da saúde e pelas instituições hospitalares pode ocasionar sequelas físicas, morais e psicológicas, manchando os direitos primordiais das parturientes antes, durante e depois de dar à luz. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos. Primeiro, constatar os direitos primordiais que asseguram a proteção das parturientes, garantindo um atendimento digno e respeitoso durante o parto. Em seguida, argumentar sobre as ações exercidas pelos profissionais de saúde que caracterizam a violência obstétrica, analisando práticas hospitalares abusivas e sua recorrência no Brasil.

Palavras-chave: Violência Obstétrica. Gestação. Parto Humanizado. Direitos da Mulher e Assistência Obstétrica.

1 INTRODUÇÃO

A violência obstétrica é um problema grave que afeta puérperas em todo o mundo, especialmente no Brasil, onde há uma necessidade urgente de implementação de políticas públicas para combater essa prática. Segundo Silva et al. (2023), a violência obstétrica pode acontecer de diversas formas, incluindo intervenções médicas desnecessárias, negligência no atendimento e desrespeito à autonomia da gestante. O estudo destaca que a falta de regulamentação clara e a ausência de fiscalização contribuem para a perpetuação desse problema.

A perspectiva teórica interseccional abordada por Alves e Alves (2024) ressalta que a violência obstétrica não afeta todas as mulheres da mesma maneira. Fatores como raça, classe social e idade influenciam a vulnerabilidade das gestantes a práticas abusivas durante o parto. O estudo aponta que mulheres negras e de baixa renda são as mais afetadas, evidenciando a necessidade de políticas públicas que considerem essas desigualdades estruturais.

O papel da equipe de enfermagem na prevenção da violência obstétrica é analisado por Cardoso et al. (2023), que enfatizam a importância da capacitação dos profissionais de saúde para garantir um atendimento humanizado. O estudo destaca que enfermeiros bem capacitados podem atuar como mediadores entre gestantes e médicos, prevenindo práticas abusivas e garantindo que os direitos das mulheres sejam respeitados.

Os impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher são discutidos por Souza et al. (2024), que apontam que experiências traumáticas durante o parto podem levar a transtornos psicológicos como depressão pós-parto e ansiedade. O estudo reforça a necessidade de suporte psicológico para mulheres que passaram por situações de violência obstétrica, garantindo que possam se recuperar emocionalmente e estabelecer um vínculo saudável com seus bebês. Durante o trabalho de parto, práticas como cesáreas sem justificativa médica, episiotomias forçadas, administração de medicamentos sem consentimento e restrição de movimentação são exemplos de intervenções que podem causar sequelas físicas significativas. Além da dor e dos riscos de complicações cirúrgicas, essas condutas podem impactar negativamente a recuperação da mulher, prolongando o sofrimento pós-parto. O abuso verbal e a desconsideração do sofrimento da gestante também são formas de violência que afetam profundamente sua dignidade.

Oliveira et al. (2023) analisam os desafios da saúde pública no contexto da violência obstétrica, destacando que a falta de investimentos em infraestrutura e capacitação profissional contribui para a perpetuação do problema. O estudo sugere que a implementação de protocolos de atendimento humanizado pode reduzir significativamente os casos de violência obstétrica, garantindo um parto mais seguro e respeitoso.

Souza e Roque (2024) evidencia os impactos da violência obstétrica na saúde da mulher no Brasil. O estudo aponta que práticas como episiotomias sem consentimento, uso excessivo de ocitocina



e cesáreas desnecessárias são comuns em hospitais brasileiros, afetando negativamente a experiência das gestantes e comprometendo sua recuperação pós-parto. Diante desse cenário, é fundamental que políticas públicas sejam implementadas para combater a violência obstétrica e garantir um atendimento digno às gestantes. A conscientização da sociedade e a capacitação dos profissionais de saúde são passos essenciais para transformar a realidade do parto no Brasil.

Tendo como problemática: De que forma a transgressão violenta por parte dos profissionais de saúde e das instituições hospitalares, ocorrida antes, durante e após o parto, viola os direitos essenciais das mães em trabalho de parto?

Sendo assim, o objetivo geral que norteou a pesquisa foi apresentar como a violência praticada pela equipe de profissionais da saúde e pelas instituições hospitalares pode ocasionar sequelas físicas, morais e psicológicas, manchando os direitos primordiais das parturientes antes, durante e depois de dar à luz. Para alcançar esse objetivo, foram estabelecidos os seguintes objetivos específicos. Primeiro, constatar os direitos primordiais que asseguram a proteção das parturientes, garantindo um atendimento digno e respeitoso durante o parto. Em seguida, argumentar sobre as ações exercidas pelos profissionais de saúde que caracterizam a violência obstétrica, analisando práticas hospitalares abusivas e sua recorrência no Brasil.

2 METODOLOGIA

Trata-se de uma revisão integrativa, realizada em bases de dados da saúde, incluindo a Literatura Latino-Americana do Caribe em Ciências e Saúde (LILACS), a Scientific Electronic Library (SciELO) e a Biblioteca Virtual em Saúde (BVS). Foram utilizados os seguintes descritores contidos nos Descritores em Ciências da Saúde (DeCS): violência obstétrica, gestação, parto humanizado, direitos da mulher e assistência obstétrica.

A partir dos descritores listados, foram selecionados 10 artigos, sendo 6 na base de dados SciELO, 2 na base de dados LILACS e 2 na base de dados BVS (Figura 1). Os critérios de inclusão para a seleção dos artigos foram publicações na língua portuguesa e inglesa entre os anos de 2019 e 2024, que abordassem as implicações da violência obstétrica na experiência da gestante, incluindo seus efeitos físicos e psicológicos.

3 RESULTADOS

Após a seleção dos artigos foi montado um resumo que apresenta uma variedade de perspectivas e áreas de foco sobre as implicações da perda precoce dos molares permanentes em crianças, fornecendo uma visão abrangente sobre o tema de diferentes ângulos e abordagens.

AUTOR E ANO	OBJETIVO	METODOLOGIA	CONCLUSÃO
Almeida, N. B. S.; Carvalho, A. A. H. (2024)	Analisar os impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher.	Revisão bibliográfica baseada em estudos recentes sobre violência obstétrica no Brasil.	A violência obstétrica é institucionalizada e legitimada por um discurso médico que retira a autonomia da mulher, causando sofrimento psíquico.
Rodrigues, G. M. C. (2024)	Investigar os agravos da violência obstétrica no Brasil.	Revisão de literatura sobre práticas abusivas no parto.	A violência obstétrica persiste devido à falta de regulamentação e fiscalização, impactando negativamente a experiência das gestantes.
Nascimento, D. et al. (2022)	Identificar boas práticas de enfermagem na assistência ao parto para prevenir a violência obstétrica.	Estudo qualitativo com análise de relatos de gestantes e profissionais de saúde.	A humanização do parto e a capacitação dos enfermeiros são fundamentais para reduzir casos de violência obstétrica.
Castro, N. R. S. et al. (2023)	Analisa a percepção de puérperas sobre violência obstétrica em uma maternidade pública.	Pesquisa de campo com entrevistas a puérperas.	Muitas mulheres relataram experiências de desrespeito e negligéncia durante o parto, evidenciando a necessidade de mudanças estruturais.
Bahú, A. C. et al. (2024)	Examinar os impactos da violência obstétrica na mulher.	Revisão bibliográfica sobre os efeitos físicos e psicológicos da violência obstétrica.	A violência obstétrica pode gerar traumas duradouros, afetando a saúde mental e física das mulheres.
Vieira, T. F. S. et al. (2020)	Avaliar o conhecimento das mulheres sobre violência obstétrica.	Revisão sistemática de estudos sobre percepção das gestantes.	Muitas mulheres desconhecem seus direitos durante o parto, o que contribui para a perpetuação da violência obstétrica.
Silva, E. B. A. et al. (2025)	Investigar o papel da assistência de enfermagem na prevenção da violência obstétrica.	Revisão integrativa sobre práticas de enfermagem no parto.	A atuação dos enfermeiros pode minimizar práticas abusivas e garantir um atendimento mais humanizado.
Lansky, S. et al. (2019)	Analisa a influência da exposição "Sentidos do Nascer" na vivência das gestantes.	Estudo observacional sobre o impacto da exposição educativa.	A conscientização das gestantes sobre seus direitos pode reduzir a ocorrência de violência obstétrica.
Menezes, F. R. et al. (2020)	Explorar a visão de residentes em enfermagem obstétrica sobre violência obstétrica nas instituições.	Pesquisa qualitativa com entrevistas a residentes.	A formação dos profissionais de saúde deve incluir conteúdos sobre humanização do parto para evitar práticas abusivas.
Sousa, M. P. V. et al. (2021)	Identificar fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem contra a violência obstétrica.	Revisão de literatura sobre estratégias de prevenção.	A implementação de protocolos de atendimento humanizado pode reduzir significativamente os casos de violência obstétrica.

4 DISCUSSÃO

A violência obstétrica é um problema persistente no Brasil, afetando diretamente a experiência das gestantes durante o parto. Almeida e Carvalho (2024) enfatizam os impactos psicológicos desse tipo de violência, demonstrando que muitas mulheres desenvolvem transtornos emocionais, como ansiedade e depressão, após vivenciarem práticas abusivas no ambiente hospitalar. Esse sofrimento psíquico pode comprometer o vínculo entre mãe e bebê e impactar a qualidade de vida da mulher após o nascimento da criança.

Rodrigues (2024), por sua vez, ressalta que a violência obstétrica continua presente devido à falta de fiscalização e de regulamentações mais rígidas nas instituições de saúde. O autor argumenta que, sem protocolos claros e mecanismos eficazes de controle, procedimentos invasivos desnecessários, como cesáreas sem justificativa clínica e episiotomias forçadas, seguem sendo praticados sem consideração pela autonomia da gestante.

Nascimento et al. (2022) apresentam um contraponto ao discutir boas práticas de enfermagem que podem minimizar casos de violência obstétrica. O estudo destaca que enfermeiros bem capacitados desempenham um papel essencial na humanização do parto, assegurando que as gestantes recebam atendimento respeitoso e tenham suas decisões sobre o próprio corpo reconhecidas e valorizadas. No pós-parto, a falta de suporte adequado, a pressão para interromper a amamentação ou seguir orientações médicas sem explicação contribuem para um impacto psicológico duradouro. Muitas mulheres desenvolvem transtornos emocionais como depressão pós-parto e ansiedade devido à experiência traumática vivida no hospital. Além disso, o sentimento de impotência e de desrespeito à sua condição contribui para um afastamento entre mãe e bebê, prejudicando a construção do vínculo afetivo.

Na mesma linha, Castro et al. (2023) analisam a percepção das puérperas sobre a violência obstétrica vivenciada em uma maternidade pública do Norte do Brasil. Os relatos das entrevistadas indicam um cenário preocupante, no qual práticas desrespeitosas, como o uso de ocitocina sem consentimento e a negação de métodos alternativos para alívio da dor, são comuns. Esses achados evidenciam a necessidade de mudanças estruturais na assistência ao parto. A violação dos direitos fundamentais das parturientes ocorre quando seu bem-estar e sua autonomia não são priorizados pelas instituições de saúde. O desconhecimento dos próprios direitos e a falta de canais acessíveis para denúncias dificultam a responsabilização dos profissionais que praticam a violência obstétrica. O medo de represálias e a normalização de práticas abusivas dentro do sistema hospitalar reforçam um ciclo de descaso que perpetua o sofrimento das mulheres.

Bahú et al. (2024) aprofundam essa discussão ao explorar os impactos físicos e psicológicos da violência obstétrica na mulher. Segundo os autores, além dos danos emocionais, muitas gestantes sofrem sequelas físicas devido a procedimentos médicos inadequados, como lacerações decorrentes de intervenções mal executadas. Esse quadro reforça a importância de protocolos hospitalares que garantam a segurança da parturiente.

Outro aspecto relevante abordado por Vieira et al. (2020) é a falta de conhecimento das mulheres sobre a violência obstétrica e seus direitos durante o parto. O estudo revela que muitas gestantes desconhecem que têm o direito de recusar intervenções médicas desnecessárias e de receber atendimento humanizado. Essa falta de informação contribui para a perpetuação da violência, tornando essencial a promoção de campanhas educativas sobre o tema.

Silva et al. (2025) destacam o papel dos profissionais de enfermagem na prevenção da violência obstétrica. Segundo os autores, a capacitação dos enfermeiros deve incluir treinamentos específicos sobre humanização do parto, permitindo que esses profissionais atuem como mediadores entre médicos e gestantes, garantindo que práticas abusivas sejam evitadas e que os direitos das mulheres sejam respeitados. No entanto, as consequências da violência especificamente contra as mulheres são distúrbios comportamentais e contusões, défices no desenvolvimento social, psicose pós-parto, efeitos no vínculo e nos cuidados com os recém-nascidos etc., tornando visíveis a raiva, a frustração, o pânico e ansiedade que ocupam na vida dessas mulheres.

Lansky et al. (2019), analisam o impacto da exposição "Sentidos do Nascer" na vivência das mulheres durante a gestação. Os autores demonstram que, ao conhecer melhor seus direitos e compreender as etapas do parto, as mulheres se tornam menos vulneráveis à violência obstétrica, fortalecendo sua autonomia dentro do ambiente hospitalar. Sentimentos como aflição, angústia e óbito têm sido associados ao parto natural como forma de amedrontar a mulher na escolha por procedimentos cirúrgicos, resultando assim em um aumento no número de cesáreas acompanhado da expansão dos lucros provenientes de consultas e serviços desnecessários.

Menezes et al. (2020) exploram a percepção de residentes em enfermagem obstétrica sobre a violência obstétrica nas instituições de saúde. O estudo aponta que, apesar da crescente conscientização sobre o problema, ainda há desafios na formação desses profissionais, especialmente no que diz respeito à humanização do atendimento e à prevenção de práticas abusivas.

Sousa et al. (2021) sugerem medidas preventivas para reduzir a violência obstétrica, incluindo a implementação de protocolos hospitalares voltados para o atendimento humanizado. O estudo destaca que, com treinamentos contínuos e fiscalização rigorosa, é possível transformar a assistência obstétrica no Brasil e garantir que as gestantes tenham um parto seguro e respeitoso. Combater essa realidade exige mudanças estruturais na capacitação dos profissionais de saúde e na fiscalização das unidades hospitalares. A implementação de políticas públicas voltadas para o parto humanizado, a criação de protocolos claros de atendimento respeitoso e o fortalecimento da educação das gestantes sobre seus direitos são medidas fundamentais para assegurar um ambiente seguro e digno para todas as mulheres durante a gestação e o parto.

5 CONCLUSÃO

A violência obstétrica é uma realidade preocupante que compromete a dignidade, a saúde e os direitos das mulheres antes, durante e depois do parto. A revisão bibliográfica realizada demonstra que essa prática ainda é recorrente em diversas instituições hospitalares, evidenciando a necessidade urgente de medidas que garantam a humanização do atendimento materno e combatam condutas

abusivas. A imposição de procedimentos desnecessários, a negligência no cuidado e a desconsideração da autonomia das gestantes contribuem para a perpetuação desse problema estrutural.

O desconhecimento sobre os direitos das gestantes é um fator que contribui para a perpetuação dessa violência. Estudos revisados mostram que muitas mulheres não têm informações suficientes para questionar práticas abusivas ou exigir atendimento adequado. Esse cenário reforça a necessidade de iniciativas educativas que empoderem as gestantes e promovam maior conscientização sobre a importância do parto humanizado.

A atuação dos profissionais de saúde é determinante para prevenir e combater a violência obstétrica. Enfermeiros bem capacitados desempenham um papel essencial na mediação entre gestantes e médicos, garantindo que os procedimentos sejam conduzidos de forma ética e respeitosa. A implementação de treinamentos contínuos para equipes de enfermagem e obstetrícia é fundamental para fortalecer práticas humanizadas e reduzir condutas abusivas no ambiente hospitalar.

Além da capacitação profissional, a fiscalização das instituições de saúde deve ser reforçada para assegurar que protocolos de atendimento respeitoso sejam seguidos. A ausência de regulamentações claras e mecanismos de controle eficazes facilita a impunidade de práticas violentas contra gestantes, dificultando a responsabilização dos profissionais envolvidos. A implementação de políticas públicas voltadas para a humanização do parto é essencial para transformar esse cenário.

A violência obstétrica não afeta apenas as mulheres que a vivenciam diretamente, mas também tem impacto social significativo. Ao comprometer a experiência materna e fragilizar o vínculo mãe-bebê, essa prática influencia negativamente a relação familiar e o desenvolvimento infantil. O reconhecimento da violência obstétrica como um problema de saúde pública é fundamental para que mudanças estruturais sejam promovidas e garantam um atendimento mais seguro e digno para todas as gestantes.

Diante desse contexto, é imprescindível que governos, instituições de saúde e sociedade civil se mobilizem para erradicar a violência obstétrica. A formulação de leis específicas que protejam as gestantes, a ampliação do acesso a informações sobre seus direitos e o fortalecimento de estratégias de humanização do parto são passos essenciais para garantir um cuidado materno respeitoso e livre de abusos.

Por fim, a assistência obstétrica deve ser pautada no respeito à autonomia das mulheres e na garantia de um ambiente acolhedor durante a gestação e o parto. A superação da violência obstétrica exige um esforço coletivo para transformar práticas institucionais, ampliar o conhecimento das gestantes sobre seus direitos e fortalecer a capacitação dos profissionais de saúde. Somente com medidas efetivas será possível assegurar que todas as mulheres tenham acesso a um parto seguro, digno e humanizado.



REFERÊNCIAS

A SILVA, MF; DOÓ, T. de ALF; DA SILVA, EA; SPINELLI, CB; ALVES, ER; DE LIMA, JR; MADEIRA, EBF; RABELO, JB. Características da violência obstétrica no Brasil: uma necessidade urgente de implementação de políticas de saúde. *Revista Brasileira de Revisão de Saúde*, [S. l.], v. 2, pág. 5284–5303, 2023.

ALMEIDA BEZERRA, T.; FAUSTINO SARMENTO DE SOUZA, S. Análise dos impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher. *Estudos Avançados sobre Saúde e Natureza*, [S. l.], v. 17, 2024.

ALMEIDA, Nádia Barboza Santana de; CARVALHO, Andreia Aparecida Henriques. Análise dos impactos da violência obstétrica na saúde mental da mulher. *International Journal of Health Management Review*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. e387, 2024.

ALVES, Maria Alice; ALVES, Diego Ramon. A violência obstétrica contra a mulher sob a perspectiva teórica interseccional: Uma revisão narrativa. *Psicologia e Saúde em debate*, [S. l.], v. 10, n. 1, p. 209–218, 2024.

BAHÚ, A. C.; SANTIN COLLA, L. C.; MIGON, M. C.; CARVALHO, D. de. Os impactos da violência obstétrica na mulher: uma revisão bibliográfica. *Seminário de Iniciação Científica e Seminário Integrado de Ensino, Pesquisa e Extensão (SIEPE)*, [S. l.], p. e35985, 2024.

CARDOSO, I. P.; SILVA, V. J. de O.; OLIVEIRA, T. F. de; GEISLER, S. A. Papel da equipe de enfermagem frente à violência obstétrica. *Revista JRG de Estudos Acadêmicos*, Brasil, São Paulo, v. 6, n. 13, p. 1507–1525, 2023.

CASTRO NRS, et al. Violência obstétrica na percepção de puérperas em uma maternidade pública do norte do Brasil. Escola de Enfermagem Alfredo Pinto. Rio de Janeiro, Brasil, 2023; 2-7.

EDUARDA ALMEIDA DE SOUZA, C.; VIANA BRAZIL, I.; BELÉM MARINHO, L.; GLÁUCIA MATEUS CAMPOS RODRIGUES. Violência obstétrica e seus agravos no brasil: uma revisão de literatura. *Revista CPAQV - Centro de Pesquisas Avançadas em Qualidade de Vida*, [S. l.], v. 16, n. 1, 2024.

LANSKY S, et al. Violência obstétrica: influência da Exposição Sentidos do Nascer na vivência das gestantes. *Ciência & Saúde Coletiva*, Belo Horizonte, Brasil, 2019. 24(8):2811-2823.

MENEZES FR, et al. O olhar de residentes em Enfermagem Obstétrica para o contexto da violência obstétrica nas instituições. *Revista Brasileira Interdisciplinar de Saúde*, Botucatu, 2020. p. 2-10.

NASCIMENTO DEM ,et al. Vivências sobre violência obstétrica: Boas práticas de enfermagem na assistência ao parto. *Biblioteca virtual de saúde. Revista nursing*, 2022;25(291):8242-8247.

OLIVEIRA, Paulo José de Andrade Lira et al. Violência obstétrica: os desafios da saúde pública no contexto da saúde materno-infantil. *Revista Caderno Pedagógico, Studies Publicações Ltda.*, Curitiba, v. 20, n. 8, p. 3022-3033, 2023.

SILVAE. B. A.; SOUSAH. R. DE; OLIVEIRAK. G. Z.; ARAGÃO. A. M.; DUTRAM. S.; TARGINOR. S.; SANTOSF. S. DE F. C. DOS; FARIASF. T. DE A.; MOURA. P. DA S.; SILVAB. C. Prevenção da violência obstétrica: uma revisão integrativa sobre o papel da assistência de enfermagem. *Revista Eletrônica Acervo Saúde*, v. 25, p. e19276, 21 mar. 2025.



SOUZA MPV, et al. Violência obstétrica: fatores desencadeantes e medidas preventivas de enfermagem. Revista nursing, 2021;

VIEIRA TFS, et al. Conhecimento das mulheres sobre violência obstétrica: Uma revisão sistemática. Revista brazilian Journal of health Review, 2020.

ZANE DE SOUZA, S.; SILVA ROQUE , J. Revisão integrativa sobre violência obstétrica e seus impactos na saúde da mulher no Brasil. Brazilian Journal of Implantology and Health Sciences , [S. l.], v. 6, n. 11, p. 2113–2121, 2024. DOI: 10.36557/2674-8169.2024v6n11p2113-2121. Disponível em: <https://bjih.s.emnuvens.com.br/bjih/article/view/4128>. Acesso em: 10 abr. 2025.